



Comissão de Trabalho e Segurança Social

Relatório Final

Petição n.º 80/XIII/1.ª

Peticionário: Adelaide Baptista da Silva

N.º de assinaturas: 1

Relatora: Deputada
Diana Ferreira (PCP)

Solicita isenção de contribuição para o fator de sustentabilidade da
segurança social para pensionistas com longas carreiras contributivas 1



Comissão de Trabalho e Segurança Social

ÍNDICE

- I. Nota Prévia**
- II. Objeto da Petição**
- III. Análise da Petição**
- IV. Diligências Efetuadas**
- V. Opinião da Relatora**
- VI. Conclusões e Parecer**

I – Nota Prévia

A petição n.º 80/XIII/1.^a, subscrita por Adelaide Baptista da Silva, com uma assinatura, deu entrada na Assembleia da República a 18 de março de 2016, nos termos da Lei n.º 43/90, de 10 de agosto, republicada pela Lei n.º 45/2007, de 24 de agosto – terceira alteração à Lei n.º 43/90, de 10 de agosto, alterada pela Lei n.º 6/93, de 1 de março, e pela Lei n.º 15/2003, de 4 de junho - designada por Lei do Exercício do Direito de Petição (LEDP).

A petição baixou à Comissão de Trabalho e Segurança Social (CTSS) em 29 de março de 2016. Na reunião da Comissão de Trabalho e Segurança Social de 19 de outubro de 2016, após apreciação da respetiva nota de admissibilidade, a petição foi admitida por unanimidade e nomeada relatora a Deputada signatária.

II – Objeto da Petição

A peticionária solicita a isenção de contribuição para o fator de sustentabilidade da segurança social para pensionistas com longas carreiras contributivas, com mais de 40 anos de descontos, em situação de desemprego e que requeiram a pensão antecipada.

Esta pretensão é justificada nos seguintes termos:

- a) A peticionária exemplifica com a sua situação pessoal, sendo que começou a trabalhar com 13 anos, tendo, por isso, uma longa carreira contributiva para a Segurança Social;

Comissão de Trabalho e Segurança Social

- b) O facto de ter iniciado a sua atividade tão nova é um fator maior em comparação com trabalhadores que iniciaram a sua atividade mais tarde;
- c) Esse fator de desgaste deve ser tido em consideração, já que o mesmo poderá significar que não terão direito aos mesmos anos de pensão, quando comparados com outros trabalhadores que iniciaram a sua atividade mais tarde.

III – Análise da Petição

Da nota de admissibilidade da petição consta o seguinte:

1. O objeto da petição está especificado e o texto é inteligível, estando presentes os requisitos formais e de tramitação constantes dos artigos 9.º e 17.º da LEDP, quanto à forma da petição e tramitação das petições dirigidas à Assembleia da República, respetivamente.
2. Efetuada uma pesquisa à base de dados da atividade parlamentar, constatou-se a existência de uma outra Petição (Petição n.º 153 – *Solicita a reformulação do cálculo do fator de sustentabilidade, de modo a incluir uma dedução relativa aos anos de trabalho cumpridos antes dos 15 anos idade*), com objeto conexo, pendente para apreciação, que se encontra apenas à Petição sobre a qual versa este relatório.
3. Dado que a petição cumpre os requisitos formais estabelecidos, não ocorrendo nenhuma causa para o seu indeferimento liminar – nos termos do artigo 12.º da LEDP – propõe-se a admissão da petição.

IV – Opinião da relatora

Sendo a opinião da relatora de elaboração facultativa, nos termos do artigo 137.º do Regimento, a Deputada Relatora exime-se de emitir quaisquer considerações políticas sobre a petição em apreço.

Contudo, deve ser devidamente sinalizada a importância do tema.

V – Conclusões e parecer

Por tudo o exposto, a Comissão de Trabalho e Segurança Social emite as seguintes conclusões e parecer:

1. O objeto da petição está bem especificado e estão presentes os requisitos formais e de tramitação constantes dos artigos 9.º e 17.º da Lei do Exercício do Direito de Petição.
2. Por conter apenas uma assinatura não é obrigatória a audição da peticionária, de acordo com o estatuído no n.º 1 do artigo 21.º da LEDP, nem é obrigatória a apreciação da Petição em Plenário, nos termos do estatuído na alínea a) do número 1 do artigo 19.º da LEDP.
3. Nos termos do artigo 17.º, n.º 8, da LEDP, o presente relatório deve ser remetido ao Sr. Presidente da Assembleia da República.
4. Tendo em consideração os argumentos aduzidos pela peticionária e relevância das questões suscitadas, a Comissão de Trabalho e Segurança Social delibera que deve ser pedida a pronúncia do Sr. Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.

Comissão de Trabalho e Segurança Social

5. Ao abrigo do artigo 19.º da LEDP deve a Comissão remeter cópia da petição e deste relatório a Sua Excelência o Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, aos Grupos Parlamentares e à peticionária.

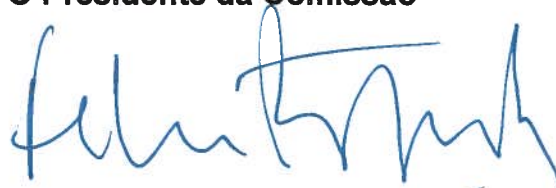
Palácio de S. Bento, 20 de dezembro de 2016.

A Deputada Relatora



Diana Ferreira

O Presidente da Comissão



Feliciano Barreiras Duarte